



PRODUÇÃO TEXTUAL DE NORMALISTAS – 1946

Adriana de Fátima Franco¹

Sandino Hoff²

Maria Angélica Cardoso³

1 OS ARTIGOS PUBLICADOS NO ÓRGÃO DAS NORMALISTAS DO COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DE CANOINHAS,

1 Doutora em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da UEM

2 Doutor em Educação pela PUCSP e Pós-doutor pela UNICAMP. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da UTP.

3 Pedagoga; professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental; especialista em Formação Docente pela UNIDERP; mestre em Educação pela UFMS; doutoranda em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP.





minar Deus. Mas, os adercos das crenças
religiosas continuam firmes e inabalá-
veis. E vemos a ciência desvanece-se jun-
to ao pedestal, cada vez mais fruido da
religião.

Exemplo vivo de livre pensamento
estampa-se em Voltaire que com to-
da a pujança de seu talento criou
a Enciclopédia tendo por mira
a destruição do "Divino".
Hoje Voltaire desapareceu no po-
do tumulto e dos frutos de sua cam-
panha, somente ha cinzas e nada
mais.

E a religião vai dominando
a ciência falsa, a ciência do livre pen-
samento porque a verdadeira ciência
vem de Deus. O progresso e de-
seu vohimento da ciência rã esta
com a religião. A fé impera na ori-
gem de todas as ciências, de todas as
utilizações, de todas as grandes ciências,
digo descobertas, desde Colombo até Pas-





teu, desde em fim dos primeiros dias da
 restauração do género humano: as águas
 da alta ciência, nas azas da fé, propor-
 cionam passagens de benefícios à
 humanidade inteira (abrisse a
 falsa ciência).

Honra e glória à Religião
 que unida à filosofia da fé, requirá
 a vante pela senda do Bem com a
 invigília gloriosa!

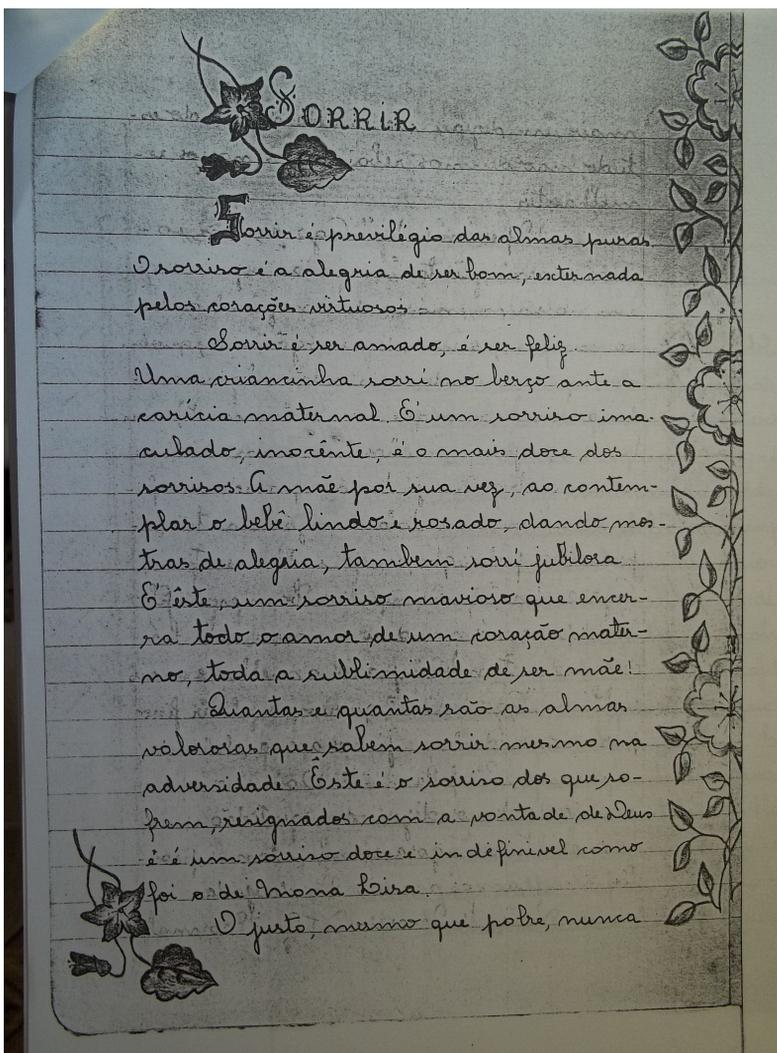
"Virtus vincit!"
 "Virtus regnat!"
 "Virtus imperat!"

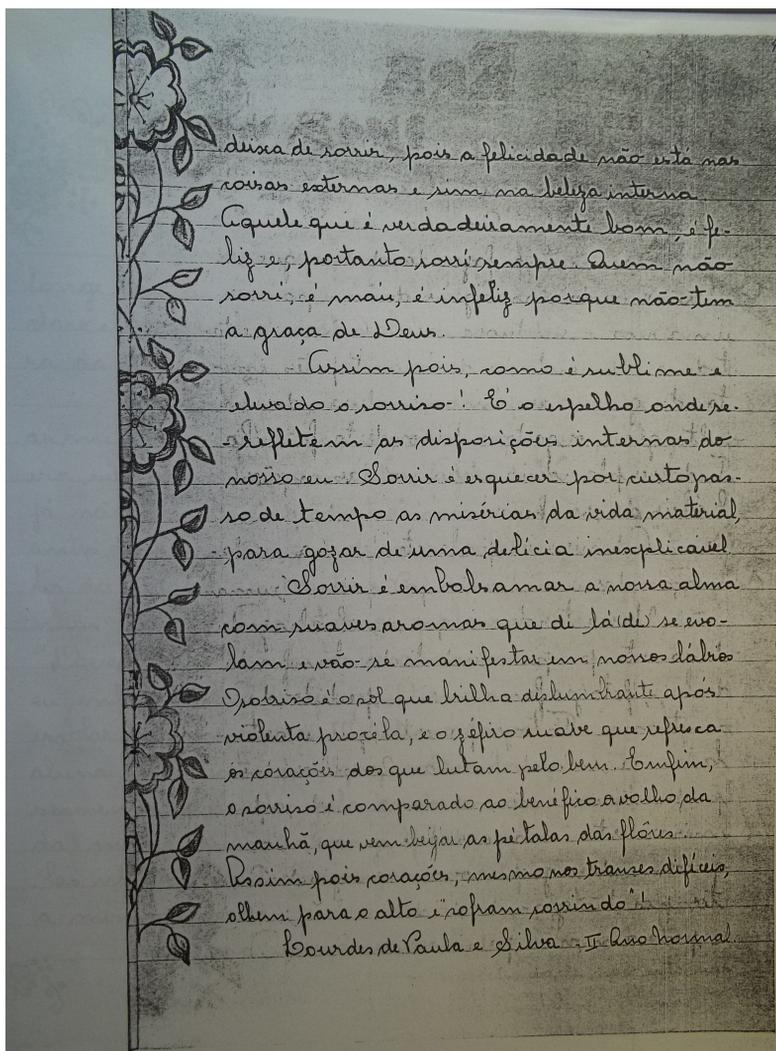
Sáua Sáua - II Ano Normal

STELLA MARIS

Stella Maris, o nosso jornalzinho
 Reparou após longas férias
 E dar-nos, o dedica do amiguinho,
 Conhecimento das alunas sérias







2 ANÁLISE DOS TEXTOS

INTRODUÇÃO

A análise de artigos, produzidos por discentes em 1946, deve ser feita tendo por base a metodologia de pesquisa inerente à história da educação, que possibilita a explicitação de aspectos relevantes e significativos, a identificação das leis que regiam a sociedade, e as funções sociais exercidas pela escola naquele momento histórico.

Buscamos três fatores socioeconômicos que determinaram a criação do Colégio Sagrado Coração de Jesus na cidade de Canoinhas, SC, dirigido pelas Irmãs Missionárias Franciscanas de Maria Auxiliadora, oriundas da Suíça e ali instalaram o Curso Normal Secundário do Sagrado Coração de Jesus – CNSSCJ:

- a) Houve um movimento intelectual muito forte no Brasil a partir da década de 1920, de cunho desenvolvimentista e nacionalista. Em termos educacionais, Jorge Nagle denominou-o de *entusiasmo pela educação* e de *otimismo pedagógico*, explicitando a importância que se auferia à educação para o desenvolvimento cultural e econômico do país. (NAGLE, 1974). No estado de Santa Catarina e nos demais estados do Sul do país, a cultura da educação escolar – de entusiasmo e de otimismo – estava enraizada nos descendentes europeus e necessitava, agora, ser nacionalizada, ou seja, permanecendo a mesma cultura escolar exigida pelas famílias, ter a língua nacional como parâmetro essencial (KREUTZ, 1999).
- b) Interligado a este fator, encontra-se a preocupação com a formação do homem brasileiro, nacionalista, e com mentalidade empreendedora a superar as dificuldades sociais e econômicas. À educação caberia um papel importante nesta mobilização.
- c) Não menos importante, grudada aos dois fatores, foi o interesse da Igreja Católica em manter o controle e a hegemonia sobre a educação brasileira, a fim de garantir “a formação integral da pessoa humana”, mediante a educação escolar. (CURY, 1978). Os católicos se opunham às inovações dos Pioneiros da Educação Nova e tinham suas próprias posições e entendimentos sobre a educação. Lutavam para introduzir uma pedagogia cristã na formação dos professores. (DAROS; SILVA; DANIEL, 2005).



Nas décadas de 1930 a 1945, intelectuais do Governo Vargas impuseram uma versão laica e científica ao currículo das escolas normais. O CNSSCJ estava em meio aos debates travados entre a Igreja Católica e os pioneiros da Pedagogia Nova, ainda em andamento em 1946. Os dois artigos, cujos conteúdos escolhemos para analisar, revelam este cenário social e educacional.

Fundado em 1920, o Colégio iniciou as aulas do Curso Primário em 1921, quando haviam decorridos quatro anos do final dos acontecimentos bélicos em que Canoinhas estava envolvida. As duas guerras travadas na região ocorreram simultaneamente e tem uma única denominação: *Guerra do Contestado*, a saber, as lutas e escaramuças sobre a *Questão dos Limites* e a *Guerra dos Caboclos*. (THOMÉ, 2002).

"Uma vez serenados os ânimos", em 1921, nasceu o Colégio Sagrado Coração de Jesus "para formar crianças e jovens a fim de que pudessem ser pessoas livres e agentes da transformação social" (WELTER, 2006, p. 88). Instalaram-se, sucessivamente, o Primário, (1921), o Pré e o Jardim de Infância, (1928), O Curso Complementar (1932), em 1936, o Curso Normal Secundário, e, em 1953, o Grupo Escolar Sagrado Coração de Jesus, sob os princípios do cristianismo, formando um conjunto unitário de ensino e de formação de professores.

Em 1939, estava concluído o bloco de alvenaria e começou-se a erguer o segundo bloco, "atendendo a todos os requisitos da pedagogia e técnica educacional da época" (WELTER, 2006, p. 49), que foi inaugurado em 1949. Desta data até 1959, foram inaugurados mais dois blocos de alvenaria. Ao todo, 2.665 metros quadrados de área construída.

O interesse do Estado, após as duas guerras, foi o desenvolvimento econômico da região, agora, livre da opressão direta dos monopólios. O interesse da igreja era garantir "a formação integral do ser humano"; propunha-se ir além da instrução escolar e continuar "ensinando e educando", conforme o resumo da Jéssica, aluna de 13 anos, que versava sobre as grandes realizações da escola. (WELTER, 2006, p. 13). As irmãs criaram condições "para despertar a dimensão transcendental do ser humano, visando a autêntica libertação de Cristo" (WELTER, 2006, p. 42).

Nos singulares manuscritos, produzidos pelas normalistas e publicados no *Órgão das Normalistas*, reproduzimos o contexto





educacional da época, enquanto resultados do movimento intelectual; da cultura da educação escolar nacionalizada; e da “formação integral da pessoa humana”, proposta pela Igreja. Os artigos revelam a universalidade representada pelos singulares artigos das normalistas.

A institucionalização do Curso Normal Sagrado Coração de Jesus está registrada em 16 caixas do Arquivo da Universidade do Contestado, campus de Canoinhas. Entre os documentos, que utilizamos em vários trabalhos publicados, encontramos também uma produção discente de 11 textos, em forma de artigos, em manuscrito, no *Órgão das Normalistas*, nº 9, de 1946. Entre eles, analisamos *Religião e Ciência*, de autoria de Sálua Seleme, e a segunda, *Sorrir*, de autoria de Lourdes de Paula e Silva. A primeira expressa o rosto sério da defesa religiosa contra a “falsa” ciência; a segunda, a face sorridente da formação religiosa.

RELIGIÃO E CIÊNCIA

O artigo *Religião e Ciência*, publicado pela normalista Sálua, inicia com a presença natural da religião no ser humano: “Desde eras longínquas, a Religião é o foco em torno do qual convergem os passos da história mundial”. Logo a seguir, a autora afirma que a ciência apareceu numa determinada época da história da humanidade e a contesta, quando se opõe a Deus: “E a ciência, com sua esponja de aço procura de todas as formas eliminar idéias do sobrenatural e abolir as noções de Deus”. Referindo-se aos pensadores iluministas, positivistas, materialistas e evolucionistas, acusa: “Levantam-se os livres-pensadores querendo criar uma sociedade moderna inculcando idéias de matéria, átomos, evolução, etc. e dar origem a uma mentalidade nova, sem Deus, sem religião”.

As décadas de 1920 a 1960 foram fortemente marcadas pelos debates entre os educadores que defendiam a formação geral, incluindo o direito da Igreja em manter suas próprias escolas e os que vinculavam o ensino à laicidade. O debate acentuou-se, principalmente entre os bispos da Igreja Católica e seus leigos, como Alceu Amoroso Lima, de um lado e, de outro, os intelectuais da Pedagogia Nova que ocupavam o Ministério da Educação e da Saúde de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Estes confiavam nas





conquistas da ciência e consideravam a educação escolar como o condutor principal do progresso humano e social. No caso do debate educacional, o que estava em jogo era a quem cabia o domínio da ciência, ou seja: quem tinha a última palavra sobre a ciência, a Igreja ou os pensadores laicos? A resposta dos religiosos: somente a religião forma integralmente o ser humano.

Um simples artigo de uma aluna normalista do CNSSCJ, de Canoinhas, em sua peculiaridade, revela este longo, amplo e complexo debate educacional. Ao analisá-lo, o elemento universal não deixa de se revelar, pois, no interior da escola está presente o modo de organização da sociedade e, também, das lutas contraditórias nela travadas pelos homens.

O artigo, anexado como documento de análise, remete ao debate sobre o papel da religião católica na educação brasileira. Contra o ensino católico de formação e de ensino das humanidades, colocava-se um grupo de intelectuais brasileiros – também catarinenses – em favor do ensino laico e científico nas escolas nacionais e, também, nas escolas de formação de professores. Assim, o artigo manifesta de como se deu o conflito entre duas visões de mundo: da religião e da ciência; do ensino religioso e do ensino laico. A autora afirma com convicção:

Mas, as barreiras intransponíveis se lhe deparam. A religião ergue-se do lado de honra, rejuvenescida em todo seu vigor. Não se dobra ao jugo da ciência que lhe quer impor normas desconexas e idéias descabidas como: A Religião é o reinado da superstição.

Nomeia o adversário da Igreja: “Exemplo vivo de livre pensador estampa-se com Voltaire que com toda pujança de seu talento criou a Enciclopédia tendo por mira a destruição o Divino”. A autora abstém-se de nomear os educadores catarinenses e brasileiros que determinaram a introdução das “disciplinas científicas” nas escolas. No entanto, afirma a autora: a “religião rejuvenescida”, triunfante, está em pé: “Hoje, Voltaire desapareceu no pó do túmulo e dos frutos de sua campanha somente há cinzas e nada mais...”

O estado de Santa Catarina, no período de 1934 a 1946, introduziu, nos moldes do centro do país, as assim denominadas “disciplinas científicas” nos currículos dos grupos escolares, do





ensino médio e, peculiarmente, na formação docente dos cursos normais. A aplicação prática das ciências na educação escolar estava em mãos dirigentes de Luiz Sanches Bezerra da Trindade, João dos Santos Areão, João Roberto Moreira, Henrique Stodieck e Elpídio Barbosa, durante o governo do Interventor Nereu Ramos. Daniel, (s/d, p. 4984) escreve:

Destaca-se a reforma no ensino catarinense realizada em 1935, a chamada “Reforma Trindade” (Decreto 713, de 8 de janeiro), feita por Luiz Bezerra da Trindade, então Diretor da Instrução Pública do Estado. [...] Considera-se que foi a partir das reformas ocorridas nos cursos de formação de professores em Santa Catarina nos anos de 1930 que se introduziram, mais fortemente, as chamadas ‘Ciências Fontes da Educação’ nos currículos catarinenses.

Sobre a ciência, o entendimento de Moreira é resumido por Nascimento e Daniel (2002, p., 55):

A ciência, que positiva o determinismo universal, o qual sem o encadeamento necessário das condições e condicionado, não nos permite apanhar a inteligibilidade do real, essa mesma ciência nos liberta e proclama a razão criadora, porque nos dá meios de modificar esse determinismo e de realizar o novo.

A efetivação das “disciplinas científicas” obedecia a ideias gerais provindas de São Paulo e do Distrito Federal, sob as atividades de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho. São considerados como a nova versão do ensino laico, anti-religioso dos livres pensadores.

O governo catarinense “visava a aumentar a eficiência do planejamento e o controle dos serviços” (DAROS, 2002, p. 40), prescrevendo os conteúdos necessários à formação dos alunos e dos professores. Em Santa Catarina, o Curso Normal do Instituto de Educação de Florianópolis publicou a revista *Estudos Educacionais* que realizou a “ligação dos professores desta instituição educacional com figuras intelectuais de renome nacional do período, como Lourenço Filho e Fernando de Azevedo”. (DAROS, 2002, p. 41).





Este foi o cenário que motivou a normalista a escrever seu artigo e que definiu o ideário do CNSSCJ. Por que o artigo não “ataca” diretamente os intelectuais brasileiros, como Lourenço Filho ou os intelectuais catarinenses, como Trindade? Trata-se de um embate silencioso entre as disciplinas de formação geral, objetivo máximo da educação escolar confessional e as “disciplinas científicas”, impostas pelo governo estadual. O texto foi publicado em inícios de 1946, quando os autores já não mais estavam nos comandos da educação brasileira e catarinense; mas, nos corredores e nas salas de aula ainda se respiravam as “disciplinas em gia”, como está em outro artigo da mesma revista. Além disso, as controvérsias entre a cúpula da igreja e os renovadores da educação continuavam até 1961. (CURY, 1978).

A resposta se encontra na política seguida pelas irmãs, aprendida nas duras lutas que travaram em solo equatoriano no governo republicano de Eloy Elfaró, na dura vida que levaram na Colômbia e, depois, nos primeiros tempos de Brasil. A estratégia seguida foi a seguinte. A imposição governamental nunca deixou de ser cumprida integralmente, como se pode ver nas atas de inspeção do Colégio. No entanto, as professoras, todas irmãs, encontravam espaço para a formação integral da pessoa humana, pois, consideravam que “é a aprendizagem que transforma a conduta do aluno”, pela qual é reavivada a formação religiosa. (WELTER, 2006, p. 65). É o que observa Sálua, a articulista:

Por ignorância ou por ódio, procura-se eliminar Deus da sala de aula. Mas, os alicerces das crenças religiosas continuam firmes e inabaláveis. Vemos a ciência desvanecer-se junto ao pedestal cada vez mais fecundo da religião.

Na relação educativa, as professoras utilizavam o livro prescrito, geralmente, objetivo, fixo, racional, imposto pelo governo catarinense. Mas, na organização do trabalho pedagógico em sala de aula, foi convertido em instrumento didático auxiliar, flexível, mutável e sem preponderância.

O livro didático não foi o instrumento-modelo que realizou a transmissão do conhecimento escolar no Curso Normal, exatamente porque, na lição, ele teve papel subordinado à autoridade da professora:





A mediação do livro didático posicionou a relação educativa na pessoa da professora que, no período estudado, também era religiosa. A obrigatoriedade de o aluno ter em mãos o manual não significou que fosse utilizado como fonte principal dos conhecimentos. A relação educativa, entre 1936 e 1965, ocorreu centrada no professor. O livro ficou subordinado ao discurso da professora. No período que vai de 1965 a 1971, os quadros murais – gravuras, figuras e cartazes – exerceram a função subalterna, posto que de grande visibilidade, antes cumprido pelo livro. No entanto, o controle da lição permaneceu nas mãos da professora (HOFF; LONGHI; CARDOSO, 2010, p. 131)

Os dois instrumentos de ensino – o livro e os quadros murais, ambos subordinados à autoridade magistral – desvelaram a função social e religiosa de uma vigilância metodológica na transmissão dos saberes escolares, visto que o uso dos instrumentos didáticos se adequava ao domínio da professora na lição. A organização do trabalho escolar, utilizando recursos técnicos de forma adequada aos objetivos religiosos, manteve a posição de supremacia na autoridade magistral, em ambas as práticas. Isso abriu o espaço para o ensino oficial e obrigatório – científico – e, ao mesmo tempo, exercia a vigilância metodológica do conhecimento e a valorização da cultura geral e confessional. (HOFF; LONGHI; CARDOSO, 2010, p. 20)

A autora do artigo resume isso de forma evidente: “E a religião vai dominando a ciência falsa, a ciência do livre pensamento porque a verdadeira ciência vem de Deus. O progresso e o desenvolvimento da ciência são estão com a religião. [...] Christus vincit, regnat et imperat!”. Nesse sentido, Vechia (2008, p. 42) também chega à mesma conclusão quando se trata de uma reforma de ensino, “na qual colocava a religião como ponto central do ensino – a alma da escola, em torno da qual deveriam girar todos os outros objetos de ensino”.

A EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DO SER HUMANO

Para entendermos o segundo artigo desta análise, recorremos ao juramento dos alunos, prescrito para a formatura:





Cumprir fiel e dignamente os sagrados deveres que a nobre carreira do magistério me impõe, incentivando na crença o amor a Deus, à Pátria e à família brasileira, com suas tradições imorredouras de fé cristã, enriquecendo o seu espírito com a luz do saber, com sentimentos de nobreza e dignidade humana. (WELTER, 2006, p. 48).

O artigo da normalista Lourdes de Paula e Silva, *Sorrir*, publicado no *Órgão das Normalistas*, nº 9 de 1946, permite ver a face sorridente da formação religiosa. A análise é feita em três pontos: a concepção de criança e de desenvolvimento humano, o papel do professor e a visão de mundo.

A concepção de criança aponta para uma naturalização do processo de desenvolvimento humano. As crianças descritas são como anjos, puras e inocentes. Segundo o texto analisado: “crianças sorridentes estendem os braços ao meu encontro. Vejo em cada olhar, o reflexo de uma alma pura e inocente”.

As explicações acerca do desenvolvimento centram-se em uma concepção de homem abstrata, absoluta e universal, que parte do princípio de que existe uma ‘natureza humana’, comum a todos os homens. Esta visão limita ou mesmo impossibilita que o professor cumpra com o papel de mediador entre o conhecimento e a criança concreta. Lembramos que, quando a concepção predominante presente no espaço escolar é aquela que tem como pressuposto o amadurecimento do sujeito, resultados efetivos não devem ser esperados.

Nesta direção, há forte apelo à natureza humana, essencial e originalmente religiosa, que permite ao professor ouvir sua voz interior: “Enquanto dentro de mim uma voz murmura: queira guiá-las bem, neste vale de lágrimas”. Segundo o documento, a educadora necessita possuir características como ser abnegada, sacerdotisa, sofredora, mas sorridente. Na escrita das alunas, temos as características assim definidas: “Sempre sorrindo [...] Trabalham mais para os outros do que para si mesmos. [...] Sempre alegres e cantando”.

A autora afirma: “Entretanto de louvor é a sua abnegação e persistência na arte, como que a espera do seu dia, pois que também há de chegar a hora em que verá sua obra produzir frutos”





Tais características, mencionadas como exemplos, também estão presentes nos demais artigos do *Órgão das Normalistas*. São características que se centram em qualidades pessoais. Doação, amor e alegria, seriam a melhor forma de compor a educadora idealizada. Assim como, a concepção de criança, a concepção de professora é naturalizada.

Segundo Saviani e Duarte (2010, p. 432), "o processo de formação humana deve ser compreendido como o contínuo movimento de apropriação das objetivações humanas produzidas ao longo da história". Tomando a subjetividade enquanto constitutiva e construída por meio das relações sociais, tem-se que a educação torna-se imprescindível. O artigo revela que a formação recebida aponta para a idéia de que as qualidades apreendidas pelas normalistas não provêm das objetivações culturais e históricas dos homens apropriadas pelos docentes e alunos, mas, são buscadas no interior da subjetividade. Ali, no íntimo do ser humano se encontra "o Divino". Esta é a visão de mundo das irmãs educadoras. Para elas, é a fonte da educação, enquanto a falsa ciência se apresenta objetiva, racional, positiva e determinista que pretende ser a fonte da educação, "eliminar idéias do sobrenatural e abolir as noções de Deus".

CONCLUSÃO

No Curso Normal Secundário do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Canoínhas, SC, a produção das normalistas foi o tema deste trabalho, cuja análise permite apreender as articulações entre práticas e teorias na experiência concreta de um educandário confessional. Fez parte de um conjunto de aspectos institucionalizados que visaram a inferir modos de vida, formas de ser e de pensar, percepções e ações, que orientaram as estratégias de ensino, assumidas pelo CNSSCJ, e as decisões políticas postas em prática na organização de seu trabalho pedagógico.

Os artigos, em sua singularidade revelam que o CNSSCJ manteve uma função social específica – a formação integral, ou seja, a formação científica e cristã – que lhe dava a identidade cultural, tendo como sua função social a transmissão dos conhecimentos e valores acumulados, os comportamentos e a religiosidade.





Nessa perspectiva, a missão das educadoras é

[...] proporcionar uma educação solidamente moral e religiosa, uma instrução completa, adaptada às necessidades atuais e conhecimentos práticos de tudo aquilo que faz da donzela cristã uma jóia de seu lar e a torne capaz de honrar, com sua conduta fina e delicada, a religião de Cristo, a fim de que não só constitua a felicidade de seus lares, senão também a honra da sociedade e a glória da Pátria. (WELTER, 2006, p. 41)

A visão cristã de mundo teve fortes oposições e muitas iniciativas para laicizar a educação escolar brasileira. As normas governamentais impunham nitidamente uma visão laica à formação de professores. A acentuação dada aos textos aponta para o princípio da educação cristã e humana, aliado aos conhecimentos práticos da docência; ainda, o princípio da educação generalista, humana, cristã e, ao mesmo tempo, do ensino com procedimentos práticos.

A identidade de cada grupo, que é construída de forma histórica, em um processo de constante movimento, pode ser entendida como idéia de continuidade dos grupos da sociedade, que trazem em suas bagagens costumes, valores, ideais e questão de pertencimento muito forte, e através das gerações refletem no prosseguimento deste grupo. Essa identidade foi conseguida no Colégio, como revelam os escritos das normalistas.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. *Síntese*. nº 10, v. IV, mai/ago 1977a, p.61-89.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira*. Católicos e Liberais. São Paulo: Cortez&Moraes, 1978.

DANIEL, Leziany. *O Colégio Coração de Jesus e o Instituto de Educação de Florianópolis: projetos de formação para as normalistas catarinenses nas primeiras décadas do século XX*. www.faced.ufu.br, acessado em 5 de junho de 2011.





DAROS, Maria das Dores. A Sociologia na Formação dos Professores Catarinenses nos anos de 1930 e 1940. In: SCHEIBE, Leda e DAROS, Maria das Dores. (2002). *Formação de professores em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, p.35-52.

DAROS, M. D. ; SILVA, A. C. ; DANIEL, L. S.. "A reforma curricular dos cursos de formação de professores em Santa Catarina nos anos 1930/1940: o papel estratégico da ciência como fundamento das políticas do Estado para a educação nacional". In: DAROS, Maria das Dores; SILVA, Ana Cláudia da, DANIEL, Lezianny Silveria. (Org.). *Fontes Históricas: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946)*".. 1º ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005, v. 4, p. 23-38.

HOFF, Sandino; LONGHI, Armindo; CARDOSO, Maria Angélica. O Manual Didático e os Quadros Murais na Relação Educativa do Curso Normal Sagrado Coração de Jesus – 1936-1971. In: *Revista Histedbr*. Campinas: maio de 2010, p. 1 – 26.

KREUTZ, Lúcio. Identidade Étnica e Processo Escolar. *Cadernos de Pesquisa*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. São Leopoldo, RS. n. 107, julho 1999, p. 79-96.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.

NASCIMENTO, Carla D´Lourdes do e DANIEL, Lezianny Silveira. Instituto de Educação de Florianópolis e os Intelectuais Catarinenses na década de 40. In: SCHEIBE, Leda e DAROS, Maria das Dores. (2002). *Formação de professores em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, p.53-70.

SAVIANI, D; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, 2010. p 422-433.

THOMÉ, Nilson. *Primeira História da Educação Escolar na Região do Contestado*. Caçador, SC: UnC/Museu do Contestado, 2002.

VECHIA, Ariclê. Cultura, currículo e diferença: o espaço escolar como lócus de formação de identidades no Paraná Provincial. In: SANTOS, Ademir Valdir dos; VECHIA, Ariclê (orgs). *Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas*. Curitiba: UTP, 2008.

WELTER, Cármen. *História do Colégio Sagrado Coração de Jesus: 1921-2006*. Canoinhas, SC: s.n. 2006.

Recebido em: março de 2010

Publicado em: maio de 2011

